

**A IMPORTÂNCIA DA MONITORIA EM DIREITO CONSTITUCIONAL PARA A
COMPREENSÃO DOS FUNDAMENTOS INICIAIS NA FORMAÇÃO ACADÊMICA
DO ESTUDANTE DE DIREITO**

Francisco Valdizar Pinheiro Júnior¹; Ana Paula Maria Araújo Gomes²

¹Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá.

E-mail: valdizar.advg@outlook.com

²Docente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá.

E-mail: paulagomes@unicatolicaquixada.edu.br

RESUMO

É nítida a tendência simplicista do atual ensino jurídico, onde a possibilidade de se “aprender” direito sem “estudar com profundidade o curso de Direito” tem crescido e ressoa-se com urgência a necessidade de mudar a forma como se estuda a ciência jurídica, não voltada apenas para concursos, mas sim para refletir e investigar seus ramos, como uma ciência. Assim se justifica a monitoria em direito constitucional, como forma de incentivar a forma crítica de se pensar a Constituição e o Direito. Diante da mencionada carência, percebe-se a dificuldade existente no processo de construção do conhecimento científico dessa ciência, sobretudo em alunos iniciantes da graduação, onde existe certa recusa ou afastamento sobre temáticas introdutórias e fundamentais para o curso jurídico. Estes conteúdos são alicerces do Direito moderno e foram firmados em cima da trajetória e do percurso de ideais constitucionais, desde movimentos de contenção do arbítrio estatal à concretização de garantias individuais. Então como mudar tal cenário? A monitoria proporciona entre monitores e alunos o estímulo à pesquisa sobre tais temas, à crítica e o entendimento dos princípios básicos da teoria constitucional, reforçando a base teórica do acadêmico de direito e enriquecendo o intelecto do futuro jurista. O propósito que se pretende alcançar através das atividades de monitoria são, além de possibilitar ao aluno monitor a vivência com a prática pedagógica, contribuir para o desenvolvimento de novas práticas e técnicas aplicáveis ao curso de Direito, com intuito de desenvolver e estimular a compreensão do aluno acerca dos sustentáculos do conhecimento jurídico, e assim, possa contribuir para a melhoria do ensino superior. A metodologia aplicada para o desenvolvimento das atividades do programa de monitoria acadêmica – PROMAC – se deu através de reuniões semanais para debate de temas e discussão sobre as bases do direito constitucional, ocorrendo de forma expositiva, dialogada, método socrático, no intuito de estimular o debate entre alunos e o monitor. É esperado a partir das referidas ações, incentivar os alunos no desenvolvimento do senso crítico em relação às normas constitucionais e ao direito moderno, este irradiado de princípios constitucionais oriundos do progresso constitucionalista, e que só pode ser compreendido plenamente quando se formam fundamentos e noções elementares acerca do objeto de estudo do direito constitucional. Assim como também, auxiliá-los nas atividades da referida disciplina. Assim, é possível destacar o PROMAC como um instrumento importante na formação acadêmica dos alunos, que estimula tanto o monitor na área de docência, quanto os alunos na promoção à participação no processo educacional, nas atividades relativas a pesquisa e na vida acadêmica da universidade, e ainda na sua formação como futuros juristas.

Palavras-chave: PROMAC. Direito Constitucional. Formação Acadêmica. Juristas.